



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



TERMO DE REFERÊNCIA
ORGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

(Processo Administrativo nº 20/2024)

1. OBJETO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA APARECIDA/SE**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO	TOTAL	(%)
00.001	Demolição de alvenaria de bloco cerâmico e=0,09m - revestida	m3	24,5	28,18	690,41	0,85
00.002	Forro de pvc, em régua de 10 ou 20 cm, aplicado, inclusive estrutura para fixação (perfis em PVC) marca Araforros ou similar, instalado	m2	50	84,48	4.224,00	5,29
00.003	Montagem de Forro de pvc, em régua larg =100 mm	m2	50	30,70	1.535,00	1,92
00.004	Revisão em cobertura com telha cerâmica tipo colonial, cor clara, 1ª, Itabaianinha ou similar, com reposição de 10% do material - Rev 02	m2	210	60,00	12.600,00	15,78
00.005	Emassamento de beiral de telha cerâmica	m	80	7,19	575,20	0,72
00.006	Alvenaria bloco cerâmico vedação, 9x19x24cm, e=9cm, com argamassa t5 - 1:2:8 (cimento/cal/areia), junta=1cm - Rev.09	m2	26	48,33	1.256,58	1,57
00.007	Chapisco em parede com argamassa traço t1 - 1:3 (cimento / areia) - Revisado 08/2015	m2	52	6,47	336,44	0,42
00.008	Reboco externo, de parede, com argamassa traço 1:4 (cal / areia), espessura 2,5 cm	m2	26	31,66	823,16	1,03
00.009	Reboco interno de parede, espessura 0,5cm, com argamassa 1:2 cal e areia	m2	26	25,19	654,94	0,82
00.010	Revestimento cerâmico para parede, 33,5 x 45 cm, Eliane, linha Forma branco AC, aplicado com argamassa industrializada aci, rejuntado, exclusive emboço	m2	62	56,75	3.518,50	4,41
00.011	Piso cimentado desempolado traço 1:5, e = 5 cm	m2	110	40,11	4.412,10	5,53
00.012	Revisão de esquadria de madeira	m2	16	86,59	1.385,44	1,73
00.013	Revisão de esquadria de ferro	m2	10	146,25	1.462,50	1,83
00.014	Vidro fantasia canelado 4 mm	m2	4	150,99	603,96	0,76



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



00.015	Porta em madeira de lei, almofadada, 0.90 x 2.10 m, inclusive batentes e ferragens	un	2	2.250,52	4.501,04	5,64
00.016	Sifão do tipo garrafa/copo em pvc 1.1/4 x 1.1/2? - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	6	20,69	124,14	0,16
00.017	Válvula em plástico 1? para pia, tanque ou lavatório, com ou sem ladrão - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	6	7,00	42,00	0,05
00.018	Torneira cromada longa, de parede, 1/2? ou 3/4?, para pia de cozinha, padrão popular - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	2	54,58	109,16	0,14
00.019	Caixa de descarga de sobrepor completa akros ou similar	un	4	86,07	344,28	0,43
00.020	Assento sanitário convencional - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	16	49,26	788,16	0,99
00.021	Revisão de ponto de esgoto tipo 2 - Rev. 01	un	12	104,97	1.259,64	1,58
00.022	Revisão de ponto de água tipo 2	un	10	97,56	975,60	1,22
00.023	Ponto de água fria embutido, c/material pvc rígido soldável Ø 25mm	un	2	111,59	223,18	0,28
00.024	Revisão de ponto de esgoto tipo 3 - Rev. 01	un	10	164,06	1.640,60	2,05
00.025	Revisão de ponto de água tipo 3	un	10	195,00	1.950,00	2,44
00.026	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 40 mm (lavatórios, mictórios, ralos sifonados, etc...)	un	2	76,46	152,92	0,19
00.027	Pintura acrílica em piso cimentado duas demãos	m2	230	16,23	3.732,90	4,68
00.028	Pintura de acabamento com lixamento e aplicação de 02 demãos de esmalte sintético sobre madeira - R1	m2	82	17,26	1.415,32	1,77
00.029	Pintura para exteriores, sobre paredes, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador acrílico e 02 demãos de tinta pva latex convencional para exteriores	m2	450	22,25	10.012,50	12,54
00.030	Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador e 02 demãos de tinta pva latex convencional para interiores	m2	600	23,94	14.364,00	17,99
00.031	Emassamento de superfície, com aplicação de 01 demão de massa corrida, lixamento e retoques - R1	m2	212,88	10,64	2.265,04	2,84
00.032	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de esmalte sobre superfícies metálicas - R1	m2	110	17,05	1.875,50	2,35
TOTAL DO ORÇAMENTO					79.854,21	100

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 52 de 2024.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses a contar do recebimento da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. **DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

1.5. Regime de execução: 06 (seis) meses

1.6. Locais de execução: UBS E Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nossa Senhora Aparecida

1.7. Prazo de início do serviço: Em até 05 (cinco) dias após solicitação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de pequenos reparos na Secretaria Municipal de Saúde e nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) de Nossa Senhora Aparecida/SE fundamenta-se na necessidade de manter a infraestrutura em condições adequadas para o atendimento à população, garantindo um ambiente seguro, funcional e salubre para os profissionais e usuários dos serviços de saúde.

- ☐ Manutenção da integridade física dos prédios e instalações.
- ☐ Correção de problemas estruturais que possam gerar riscos aos usuários e servidores, como infiltrações, fissuras, instalações elétricas e hidráulicas danificadas.
- ☐ Ambientes bem conservados promovem maior conforto e qualidade na prestação dos serviços.
 - Garantir que os espaços atendam às regulamentações sanitárias e de segurança vigentes.

A equipe técnica da Secretaria de Saúde não possui mão de obra qualificada ou disponível para realizar os reparos necessários permitindo respostas rápidas a eventuais necessidades emergenciais na manutenção contínua reduzindo custos futuros com reparos mais complexos e preservando o bom funcionamento das unidades básicas de saúde.

Logo com essa Contratação esperamos

- Melhoria nas condições físicas das unidades de saúde;
- Aumento da satisfação dos usuários e servidores;
- Maior eficiência no uso do patrimônio público;
- Redução de interrupções nos serviços devido a problemas estruturais.

Dessa forma, a contratação é essencial para garantir a continuidade e qualidade do atendimento à saúde no município, refletindo diretamente na satisfação e segurança da população.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A solução para a manutenção das condições ideais de infraestrutura da Secretaria Municipal de Saúde e das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) de Nossa Senhora Aparecida/SE envolve a contratação de uma empresa especializada em serviços de pequenos reparos. Essa abordagem garante eficiência e qualidade durante todo o ciclo de vida da infraestrutura pública.

3.2 A prestação de serviços será conduzida de forma planejada e contínua, abrangendo as etapas de diagnóstico, execução e manutenção preventiva. Esse processo visa assegurar que as instalações físicas sejam mantidas em pleno funcionamento, otimizando recursos e prevenindo deteriorações que possam impactar o atendimento à população.

3.3 Ciclo de Vida da Solução

- levantamento detalhado das condições das instalações da Secretaria e das UBSs.
- Elaboração de um plano de trabalho para priorizar e organizar os reparos necessários.
- Realização dos serviços de forma eficiente e com materiais adequados, garantindo a durabilidade e a funcionalidade das melhorias implementadas.
- Atuação contínua para prevenir danos estruturais e reduzir a necessidade de reparos emergenciais.
- Revisões periódicas para ajustes e consertos necessários.
- Inspeção regular das condições das estruturas.

3.4 A implementação da solução ao longo do ciclo de vida das instalações proporcionará segurança, funcionalidade e conforto nos ambientes da Secretaria Municipal de Saúde e das UBSs. Isso reflete um compromisso com a qualidade no atendimento e a preservação do patrimônio público, atendendo às expectativas da comunidade e assegurando a eficiência nos serviços prestados

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Qualificação Técnica:

- Atestado de Capacidade Técnica para desempenho da Prestação do Serviços compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de Atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento e que seja pertinente e compatível com o objeto da licitação.

2. Mão de Obra Qualificada



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- Disponibilidade de profissionais especializados, como pedreiros, eletricitas, encanadores, pintores e carpinteiros, devidamente habilitados e capacitados para execução dos serviços.
- 3. **Equipamentos e Ferramentas:**
 - A contratada deve dispor de equipamentos e ferramentas adequados e em boas condições para realização das atividades.
- 4. **Materiais de Qualidade:**
 - Sempre que a aquisição de materiais for de responsabilidade da empresa, devem ser utilizados produtos de qualidade, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis (ABNT e demais regulamentações).
- 5. **Regularidade Jurídica, Fiscal e Trabalhista:**
 - A empresa deve apresentar documentação que comprove sua regularidade jurídica, como:
 - Certidões negativas de débitos fiscais (federal, estadual, FGTS e INSS e municipal).
 - Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
 - Documentos dos Sócios;
 - Contrato Social
- 6. **Qualificação Econômico-Financeira:**

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou no site do Tribunal de Justiça do Estado do domicílio da licitante.

- Apresentação de cronograma físico-financeiro detalhado e planilha orçamentária da obra;
- Comprovação de expertise da contratada em obras de infraestrutura urbana e pavimentação;
- Capacitação e qualificação dos profissionais envolvidos na execução do serviço;
- Definição de critérios de aceitação do serviço e parâmetros de medição de desempenho

Os requisitos aqui apresentados são essenciais à contratação, devidamente balizados pela necessidade de oferta de um serviço público de qualidade e que atenda às exigências de desenvolvimento nacional sustentável. Haverá uma necessária limitação na especificação de detalhes que possam comprometer o caráter competitivo do certame, respeitando o equilíbrio entre a definição de padrões mínimos e a ampliação da competitividade entre os licitantes, assegurando assim o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa

Sustentabilidade:



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam nos programas da Administração Pública e normativos específicos a exemplo do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Economia de energia;

4.1.2. Economia em materiais plásticos descartáveis;

4.1.3. Economia de água; e

4.1.4. Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, e os inerentes ao manuseio e operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionador de ar, dentre outros semelhantes.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos serviços é de 06 (seis) meses, contados do recebimento formal da ordem de fornecimento do órgão ou entidade contratante, em remessa única.

5.2. **Garantia da contratação - Garantias exigidas:**

5.2.1 Sem prejuízo da responsabilidade penal a que vier dar causa, a empresa dará garantia dos serviços e materiais, por prazo não inferior a 02 (dois) anos, contados do termo de recebimento definitivo do serviço executado, durante o qual subsistirá sua responsabilidade, conforme o disposto no art. 618 do Código Civil.

b) pela solidez, segurança do objeto contratado, assim em razão dos materiais, bem como do solo;

c) pela escolha e emprego dos materiais;

d) pelos danos pessoais e materiais causados, inclusive a vizinhos e terceiros em geral por seus empregados, prepostos, bem como por subempreiteiros e por fornecedores, verificados durante a execução da obra ou dela decorrentes;

e) pelos riscos e danos que venham a sofrer os materiais por ela adquiridos à execução da obra, ainda que depositados no canteiro de obras, até o Recebimento Provisório do objeto;

f) pelo pagamento de todas as importâncias devidas concernentes à mão-de-obra, material, tributos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas e previdenciárias,



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinário, seguros, licenças, cópias dos projetos, entre outros, decorrentes e necessários à execução da obra;

g) pelos defeitos e imperfeições verificados no objeto, não relacionados com a segurança e solidez do objeto;

h) pelos danos causados pelo fato do produto, a contar da verificação do dano.

5.3.2. A garantia implica a execução imediata dos reparos que se fizerem necessários, inclusive com substituição de materiais, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

5.3.4 O prazo para reparação dos defeitos, danos, riscos e imperfeições será definido pela Equipe da Secretaria Municipal de Obras do CONTRATANTE, considerando a gravidade, complexidade e potencialidade de risco dos prejuízos ocorridos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. Do recebimento do objeto:

6.8. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.8.2. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Boletim de medição conforme previsto no modelo para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.8.3. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.8.4. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.8.5. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.8.6. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.8.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.8.8. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.8.9. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.8.10. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



6.8.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.8.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.8.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.8.17. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado dentro de 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, em estrita observância ao disposto no artigo 141 da Lei 14.133, de 2021 (ordem cronológica).

7.2. O pagamento fica condicionado à apresentação também de prova de recolhimento dos encargos devidos ao INSS e ao FGTS, se for o caso, em razão do objeto contratado.



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**



7.3. Deverão constar obrigatoriamente do documento fiscal o domicílio bancário (Banco, número da conta corrente e o número da agência), para fins de transferência bancária, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

7.4. Se forem constatados erros no documento fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos, sem qualquer acréscimo.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a DETENTORA/CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

7.8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inc. XXIII alínea “g” da Lei nº 14.133/2021):

Critérios de medição:

- a) Os serviços serão contratados sob o regime de empreitada por preço global e pagos em parcelas mensais, correspondentes às respectivas medições de serviços executados
- b) As medições serão elaboradas mensalmente pela Fiscalização a partir dos relatórios ou boletins de medição de serviços, em levantamentos feitos por cada serviço realizado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E PLANILHAS:

As empresas interessadas em ofertar preços para a referida contratação deve constar claramente na proposta e planilhas os seguintes elementos:



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**



- a) **PROPOSTA DE PREÇOS:** com a razão social completa da empresa, endereço atualizado, telefone/fax/e-mail (se houver), bem como, conta corrente, nome do banco e número da agência bancária pela qual ocorrerá o crédito dos pagamentos a serem efetuados pelo município;
- b) nome, estado civil, profissão, número do CPF e da Cédula de Identidade, domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato decorrente desta licitação;
- c) **OBJETO:** prestação de serviços na _____, _____, _____ do Município de _____/SE, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária, em conformidade com as especificações técnicas e demais condições constantes nesse Projeto Básico e anexos apresentados pela secretaria de obras, sob o regime de empreitada por preço _____;
- d) Valor global expressos em reais: - Os preços apresentados deverão contemplar todas as despesas necessárias à execução total da obra, conforme PROJETO BÁSICO e demais ANEXOS, com a declaração de que neles estão incluídas todas as despesas com transporte, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, equipamentos, seguros, despesas gerais e eventuais comuns aos serviços desse gênero;
- e) **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO EMPREENDIMENTO:** com preços unitários para todos os itens e preço global da proposta, conforme Projeto Básico. O valor global e os valores unitários da proposta não poderão exceder em qualquer hipótese, os preços globais e unitários orçados pela Prefeitura. Os preços unitários apresentados na planilha, multiplicados pelas quantidades correspondentes, deverão ser exatamente iguais aos preços totais. Caso haja divergência, serão considerados os preços unitários apresentados, com duas casas decimais;
- f) **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DE PREÇOS UNITÁRIOS:** com todos os itens da Planilha Orçamentária;
- g) **PLANILHAS DE ENCARGOS SOCIAIS HORISTA E MENSALISTA;**
- H) CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.**



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**



- i) A empresa deverá indicar na sua proposta comercial, explicitamente, o **percentual do BDI utilizado**, bem como o detalhamento de todos os elementos que o compõem, apresentando as composições de Encargos Sociais e do BDI – Bonificação e Despesas Indiretas, observando que a composição do BDI proposto não poderá contemplar os tributos **IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)**, **CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)** e os encargos do **Sistema “S”** e **INCRA**, de acordo com o Acórdão 2622/2013 e Lei Complementar nº 123/2006;
- j) as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão o Extrato do Simples emitido pela Receita Federal do Brasil.
- k) Prazo para execução dos serviços será de **00 (-----) meses**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Obras;
- l) **Prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias a partir da data da abertura. Caso o prazo não esteja expressamente indicado na proposta, será considerado como sendo 60 (sessenta) dias;**
- m) Garantia dos serviços, por prazo não inferior a 2 (dois) anos, contados do termo de recebimento definitivo, durante o qual subsistirá sua responsabilidade, conforme o disposto no art. 618 do Código Civil;

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

- 8.24. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional registro profissional em plena validade;
- 8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.26.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.26.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**



8.26.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 79.854,21 (setenta e nove mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos)**, conforme custos unitários apostos em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

30100 - Fundo Municipal De Saúde - Atividade: 10.122.0007.2050 – Ações Voltadas Para Atenção Básica - Elemento Despesa: 3390.39.00: Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica - Fonte De Recursos: 16593210 – Transferência Dos Estados Decorrentes De Emendas

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Nossa Senhora Aparecida/Se, 04 de dezembro de 2024

EDJANE SANTOS DE LIMA

ENGENHEIRA CIVIL

Crea 2717365281

NAÉDIA VITORIA SANTOS OLIVEIRA MUNIZ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE